5 Conclusão

“Primeiro há uma montanha; depois, nenhuma montanha; depois, há.”
– Há uma montanha de Donovan⁹⁵¹

“Eu menti.”
– Macunaíma de Mario de Andrade⁹⁵²

Teria Hobbes *mentido*? Criou o *monstro Leviathan* apenas para *debochar* de todos os *tiranos*? Por que teria feito isto? – “Não foi por querer não... quis contar o que tinha sucedido com a gente e quando reparei estava mentindo...”⁹⁵³ – Seria então Hobbes um *herói sem nenhum caráter*? Acreditamos que nunca teremos todas estas respostas.

Hobbes poderia ser apenas o *medroso autoconfesso*, como vimos em sua autobiografia⁹⁵⁴; ou *louco*, então, propondo uma teoria incoerente com sua *Philosophia Prima*. Na verdade, *nem tanto ao céu, nem tanto à terra*. Sua proposta política é inteiramente coerente com os fundamentos de sua filosofia: quando não há nada *certo* e *precisa-se* desta certeza, é preciso criá-la *artificialmente*, isto é, por meio de *artifícios*. E, na verdade, o soberano é – ou *podia ser* – apenas isto: *a instância de decisão de um sistema político*. Com relação a isto, Hobbes *não mentiu*; até falou demais: falou que, a partir disto, outros *artifícios* são criados para produzir uma *reverência* a este soberano, de modo que este possa parecer mais do que simplesmente é.

E Hobbes também fala do *medo* que se produz para amplificar esta reverência; ou é esta que produz o medo, afinal, é difícil precisar o que surge primeiro; é mais provável que seja o medo, e a reverência é um substituto do *medo recalçado*, que surge para não nos sentirmos plenamente impotentes diante do soberano: pois é isto que o soberano significa quando se está *fora* dele – a mais pura *impotência*. Hobbes escreveu *non est potestas super terram quae*

---

951 Tradução livre de DONOVAN, 1967.

952 ANDRADE, 1982, p. 126.

953 *Ibid.*, p. 127.

954 *Cf.*, HOBBS, 1999, p. 254, e p. 118 deste trabalho.

comparetur ei, no topo do frontispício de *Leviathan*⁹⁵⁵, isto é, *não há poder na terra que se compare a ele*, mas poderia ter escrito *não há impotência na terra que não resulte nele*.

Deste modo, se Hobbes não *quis* escrever tudo que escreveu, seu *inconsciente* era muito mais inteligente que o seu próprio *consciente*: pois, mesmo que não tenha querido, acabou escrevendo; e está lá, em alguns momentos, espalhado em fragmentos pelo longo texto, mas, em outros, até um pouco explícito demais, tanto que acabou perseguido. E esta perseguição até nos fornece uma orientação para o quanto devemos levar a sério o *pacta sunt servanda hobbesiano*, afinal, além de ter sido, como Ribeiro diz – provavelmente de forma exagerada –, *o primeiro a fugir*⁹⁵⁶, após ter se desentendido com os monarquistas, que se encontravam exilados na França junto a ele, voltou para a Inglaterra e capitulou para a *Commonwealth* de Cromwell⁹⁵⁷. Realmente, um *herói sem nenhum caráter*⁹⁵⁸.

Hobbes talvez fosse apenas inapto ou preguiçoso demais para lutar; mas estas atitudes demonstram que não era, assim, um *monarquista* convicto. Podemos dizer que era mais um amante da paz ou uma espécie de *dandy*⁹⁵⁹ do que qualquer outra coisa; e é muito, mas muito improvável que organizasse alguma conspiração ou golpe monarquista, caso vivesse em uma república, por ter aquela forma de

955 Cf., figura nº 3, na p. 126 deste trabalho.

956 Cf., RIBEIRO, 1999, p. 20.

957 “Clarendon chegou em dezembro. Ele e outros membros da corte, especialmente o clero anglicano, faziam Carlos [sc., o rei em exílio] voltar-se contra Hobbes; este tinha ainda mais razões para temer o clero católico romano francês, que tinha ainda mais razões para odiá-lo: com *Leviathan*, ele havia apresentado o catolicismo romano como um dos dois maiores perigos para a verdadeira religião e para um governo estável (o outro era o presbiterianismo). Assim, ele sabia que seria melhor não permanecer em um país católico quando a obra fosse publicada. A Inglaterra, agora, parecia mais segura para ele do que a França. Em geral, o Continente [sc., europeu] não era seguro para pessoas percebidas como inimigas do monarquismo. [...] Anthony Ascham, que justificava a obediência à *Commonwealth* e citava *De Cive* com aprovação, fora assassinado por monarquistas na Espanha, e Isaac Dorislaus, um dos regicidas, fora assassinado na Haia. [...] Hobbes, assim como pressentira os cães de caça do Parlamento em sua cola quando fugiu da Inglaterra em 1640, sentiu a mesma perseguição obstinada no início de 1652. [...] Em fevereiro deste ano, Hobbes voltava à Inglaterra” (tradução livre de MARTINICH, 1999, p. 216-7). Por estas e outras, após a restauração, foi perseguido: “Hobbes não era convencional. Seus problemas com o clero ligado à corte real começaram na França, em 1650, como vimos; eles intensificaram-se com a Restauração: ainda que seus inimigos clérigos não pudessem persegui-lo sob nenhuma das provisões do Código de Clarendon, não pretendiam que sua vida fosse fácil” (*ibid.*, p. 296). Mas sobreviveu, como já apontamos, graças ao Rei, seu soberano: “[t]alvez, o único momento favorável da década [viz., de 1660] para Hobbes tenha sido sua reconciliação com Carlos II” (*ibid.*, p. 294).

958 Não devemos, porém, censurar Hobbes, pois, como fala Espinosa, “[n]o homem livre [...], a firmeza em fugir a tempo é tão grande quanto a que o leva à luta; ou seja, o homem livre escolhe a fuga com a mesma firmeza ou com a mesma coragem que escolhe o combate” (ESPINOSA, 2007, p. 345), talvez, homenageando Hobbes.

959 Apenas neste sentido que Baudelaire dá ao termo: “pois a palavra ‘*dandy*’ implica a quintessência do caráter e um sutil entendimento de todos os mecanismos morais do mundo, mas, por outro lado o *dandy* aspira por um frio distanciamento” (tradução livre de BAUDELAIRE, 2010, p. 12).

governo como ideal ou convicção. Talvez não fosse um adepto da *Good Ol' Cause*⁹⁶⁰, simplesmente, porque não confiasse nos opositores do rei e considerasse que o governo que se formou, antes de Cromwell concentrar todo o poder em suas mãos, era uma oligarquia, como afirma em *Behemoth*:

Trata-se, sem dúvida, de uma oligarquia. Pois a autoridade suprema deve necessariamente residir num ou mais homens. Se num único homem, tem-se uma monarquia; o Rabo [*sc.*, *Rump Parliament*] por conseguinte não era um monarca. Se a autoridade residisse em mais de um homem, ou caberia a todos, ou a um número inferior ao todo. Se a todos, é uma democracia, já que todo homem pode tomar parte da assembléia que constitui a Corte Soberana, e aqui não era esse caso. É portanto evidente que a autoridade residia em alguns poucos, e conseqüentemente o Estado era uma oligarquia.⁹⁶¹

Ou seja, Hobbes pensava que tudo não se passava de mais um daqueles casos nos quais, *após escolhido o trunfo, pretende-se que este seja o naipe que mais se tiver em mãos*. Espinosa, inclusive, possui comentários tão irônicos quanto ásperos para estes eventos que tanto marcaram a vida de Hobbes:

O exemplo do povo inglês [*viz.*, mudar tantas vezes de tirano sem nunca abolir a tirania nem substituir o poder monárquico por um outro diferente] é, a esse respeito, flagrante. Primeiro, procurou argumentos para, salvando as aparências do direito, liquidar o monarca; uma vez eliminado este, o mínimo que pôde fazer foi mudar a forma de governo; porém, depois muito sangue derramado, acabou por reconhecer um novo monarca sob outro nome (*como se toda a questão fosse apenas de nome*) o qual, por sua vez, não tinha outro processo de se manter senão destruir radicalmente a estirpe régia, matando os amigos do rei ou simples suspeitos e impedindo através da guerra o lazer da paz, sempre propício às conspirações, a fim de que a plebe, distraída com novos acontecimentos, esquecesse o regicídio. Só já tarde é que o povo se apercebeu de que, pela salvação da pátria, a única coisa que tinha feito fora violar o direito do legítimo rei e mudar tudo para pior! Então, decidiu voltar atrás, onde ainda era possível, e não descansou enquanto não viu tudo repostado no seu primitivo estado.⁹⁶²

Ou, como descreve Hobbes:

Vi nessa revolução um movimento circular do poder soberano, que foi do falecido rei para seu filho, passando por dois usurpadores, pai e filho. Pois [...] moveu-se do rei Carlos I para o Longo Parlamento; daí para o Rabo; do Rabo para Oliver Cromwell; e então de Richard Cromwell para o Longo Parlamento; deste, para o rei Carlos II, onde se espera que permaneça por muito tempo.⁹⁶³

960 *Good Old Cause* foi o nome dado retrospectivamente pelos defensores da *Commonwealth* a sua causa (*cf.*, RAHE, 2008, p. 219). Nesta mesma obra, Rahe afirma que: “[n]o caso dos dois discursos nos quais Hobbes devota-se sobre a Roma antiga e a moderna, seu débito a Nicolau Maquiavel é óbvio [...]. Se aos 32 anos Hobbes não era um completo republicano à maneira de Maquiavel, provavelmente era porque seu interesse na Roma antiga era meramente acadêmico” (tradução livre de *ibid.*, p. 263-6).

961 HOBBS, 2001, p. 211.

962 ESPINOSA, 2003, p. 285, grifos nossos.

963 HOBBS, 2001, p. 262.

O reino de Carlos II, realmente, duraria bastante tempo⁹⁶⁴, mas, após o que Hobbes e Espinosa escreveram, ainda aconteceriam mais mudanças, havendo a Revolução Gloriosa – aquela que Hayek afirma ter sido a obra de Locke sua *justificativa filosófica*⁹⁶⁵ –, mas o *demos*, porém, continuaria bem longe de chegar ao poder.

Assim, podemos até entender o porquê do ceticismo de Hobbes; mas, mesmo que o consideremos um tanto *covarde* por não ter abraçado a *Good Ol' Cause*, era covarde apenas para *embates corporais*, pois, com as palavras, como vimos pelo comentário de Peter Gay, “Hobbes era tão notório quanto um filósofo poderia ser e, ainda assim, escapar da força”⁹⁶⁶. Seu pensamento era *anárquico*. Não estamos dizendo, obviamente, que fosse um *anarquista*; ao contrário, e, talvez por isto, que necessitasse de um *rei*: para ser protegido de suas próprias *anarquias*: caso contrário, poderia ter acabado como um Sócrates, tendo que beber cicuta. Isto, contudo, não quer dizer que *venerasse* este rei.

Talvez seja desta ambivalência emocional hobbesiana com relação às figuras de autoridade que resulte na riqueza de sua obra. É possível, claro, que Hobbes nunca tenha pensado em nada disto: é tudo nossa *imaginação* – e, dentro da perspectiva hobbesiana poderia, ter sido outra coisa? Não seria pretensão, mas estupidez pensar que, após estudarmos sua *Philosophia Prima*, poderíamos atingir a sua *essência*. Isto, porém, realmente não importa: se Hobbes realmente propôs uma filosofia libertadora, fizemos-lhe uma *homenagem*; se, ao contrário, realmente pretendeu construir um *Leviathan* opressor, então, uma *sabotagem*; de qualquer forma – “*semel emissum volat irrevocabile verbum* (tão logo pronunciada, a palavra voa irrevogavelmente)”⁹⁶⁷.

Qualquer que seja a *verdade* – se existir isto – entre as possibilidades acima, porém, não poderíamos ter produzido este trabalho se não tivéssemos lido Hobbes: nada mais justo, então, que lhe dar o devido crédito. Sendo assim, recapitulamos o que lemos de sua obra, sem *capitular*, é claro.

---

964 Vinte e cinco anos, de 1660 a 1685 (cf., MORRILL, 1993, p. 377-390).

965 Conforme vimos, anteriormente, na nota nº 707. Langford afirma que, “quando comparada com as revoluções modernas, ela [viz., a Revolução Gloriosa] assemelha-se mais a um *coup* palaciano do que com uma verdadeira mudança de poder político ou social” (tradução livre de LANGFORD, 1993, p. 399).

966 Tradução livre de GAY, 1995, p. 314.

967 KIERKEGAARD, 2006, p. 216.

5.1 Recordação

É melhor que recordemos, ao invés de recapitular, pois, vem de *cordis* – *do coração*⁹⁶⁸ – e não de uma *capitulatio*; e devemos guardar de Hobbes – assim como de qualquer filósofo – o que *serve ao coração* e não *capitularmos* aos seus textos como se fossem *dogmas*. Por isto, se pensávamos, de início, apresentar críticas aos *aspectos negativos* da teoria de Hobbes, agora achamos isto desnecessário. Acreditamos que a própria filosofia hobbesiana oferece a sua própria solução: *se algo parecer absurdo, ignore*; o que soa absurdo, provavelmente, é um daqueles casos nos quais, *após escolhido o trunfo, etc.* (a esta altura, já sabemos de cor – *cordis*).

Mas, para não dizer que não oferecemos nossa crítica, um exemplo prático: a questão do *estado de natureza* como a *guerra de todos contra todos*; e o *estado absolutamente seguro* como um *ideal*. Pela própria desconstrução, este argumento pode ser derrubado em alguns segundos, pois, Hobbes, a partir de uma situação empírica de incerteza ou beligerância endêmica – que pode, obviamente, escalar para uma guerra real, não neguemos isto –, cria uma oposição binária de *guerra e paz*; como a *paz* é o *conceito ideal*, esta acaba sendo reduzida a uma *différance*, e todo o resto, à *guerra*. Isto, pois, em toda oposição binária, sendo, na realidade, apenas uma representação composta de tipos ideais, há toda uma *zona cinzenta*, intermediária, que cai no problema da *indecidibilidade*; assim, ao propor um dos polos como o *ideal*, o *não-ideal*, justamente, em razão de sua ausência de idealidade, acaba absorvendo todos os estágios intermediários: o *ideal* expelle todo *real* de si e, por isto, acaba tornando-se uma *différance*; neste caso, um aspecto negativo do conceito⁹⁶⁹. Neste momento, com o apelo à recusa à guerra, Hobbes acaba criando seu *double bind*, seu *imperativo categórico “imane”*; ele não resolve o problema, mas cria outro, que pode levar à alienação. Compreendendo, porém, este *trace* de seu sistema, por meio de uma crítica desconstrutiva, sinalizamos a distinção problemática do mesmo que, derrubada, fá-lo cair tal como um *castelo de cartas*.

968 Cf., MORWOOD, 2005, p. 46.

969 No que diz respeito a certos aspectos, como o *direito de resistência*, a *différance* possui a característica de ser algo inapropriável: algo impassível de transcendência, o que podemos chamar de aspecto *imane* da *différance* (cf., p. 34 e nota nº 92 deste trabalho). Conceitos transcendentais, porém, apresentam também este aspecto *différentiel*, justamente porque a transcendência e a imanência *não se tocam*, e eis o problema de tais conceitos abstratos: são inatingíveis e, quando postulados como *imperativos categóricos* podem gerar a ansiedade típica de um *double bind*.

Se não se percebe esta sutileza, teremos *ansiedade, temor e tremor*; e, a partir daí, podem surgir situações como esta:

A prioridade principal do Departamento de Justiça é prevenir futuros ataques terroristas. Desde sua aprovação, em consequência dos ataques de 11 de setembro de 2001, o *Patriot Act* tem tido um papel chave – e condutor – em várias operações bem-sucedidas para proteger americanos inocentes dos planos letais de terroristas dedicados a destruir a América e o nosso modo de vida. [...] *The USA PATRIOT Act: Preservando a Vida e a Liberdade* [...] O sucesso do governo em prevenir outro catastrófico ataque à pátria americana, desde 11 de setembro de 2001, teria sido muito mais difícil, senão impossível, sem o *USA Patriot Act*. As autorizações que o Congresso concedeu aprimoraram substancialmente nossa habilidade em prevenir, investigar e processar tais atos de terror.⁹⁷⁰

5.1.1 Use a sua ilusão

Poderíamos até considerar Hobbes culpado de coisas assim se tivesse publicado apenas um livreto com, somente, os capítulos XIII ao XX de *Leviathan*, ou até alguns outros posteriores, mas editados⁹⁷¹. No entanto, ou se ignora, ou se esquece que a própria refutação para este suposto problema hobbesiano, que desconstruímos acima, encontra-se não apenas em uma leitura mais abrangente de sua filosofia, como também no próprio *Leviathan*. Inclusive, no capítulo anterior à exposição do *estado de natureza*, Hobbes apresenta sua teoria sobre as causas da religião, o que, para o leitor mais atento pode ser entendida como a *teoria das causas do medo e da reverência*. Ainda antes, temos também sua epistemologia e sua ontologia na qual afirma claramente que “não há nada universal no mundo, exceto nomes”⁹⁷², além de nosso clássico exemplo que, ao nosso ver, sintetiza muito melhor a filosofia de Hobbes do que um resumo de *Leviathan* de fragmentos dos capítulos XIII ao XX:

Quando os homens que se julgam mais sábios que todos os demais reclamam e invocam a reta Razão para julgar, pretendem, nada mais, que as controvérsias sejam determinadas por nenhuma outra razão que não seja a deles. Isto é tão intolerável na sociedade humana como o é em um jogo de cartas quando, após determinado um trunfo, querer utilizar como tal o naipe que mais se tiver em mãos.⁹⁷³

970 Tradução livre de DEPARTMENT OF JUSTICE, 2008, p. 1-4.

971 O que, infelizmente, é o que encontramos em algumas sínteses de sua teoria política, como podemos ver na conhecidíssima compilação *Clássicos da Política*, de Francisco Weffort, cujo capítulo dedicado a Hobbes é escrito até por Renato Ribeiro – que não é um autor que desconhece Hobbes, como vimos neste trabalho –, mas contempla uma análise – parcial – apenas dos capítulos XIII, XIV, XVII, XVIII, XXI e XXIV de *Leviathan* (cf. RIBEIRO, 2001, p. 53-77).

972 Tradução livre de *ibid.*, p. 26.

973 *Ibid.*, p. 33.

Deste modo, o *Leviathan* pode ser lido como um livro que: primeiro, ensina *como as pessoas são enganadas*; em seguida, apresenta um exemplo prático disto. Só que, infelizmente, às vezes, ensina-se apenas o *truque*, mas não se explica como ele é feito; e, pior, sem avisar que não se passa de um *truque*. Mas é tudo muito *simples* em Hobbes; é como em um show de ilusionismo: se a *mágica* for muito complicada, o *mágico* poderia se atrapalhar e deixar cair alguma coisa; tem que ser tudo muito simples para poder ser executado *rapidamente*. Como comenta o ilusionista Derren Brown:

Muito, se não tudo, de uma *mágica* depende de se criar uma falsa trilha de eventos que levam a um clímax particular. Muito pouco é oculto: a maioria dos truques e movimentos *secretos* acontecem de forma bem aberta. Parece que o *mágico* cria uma forte sensação de que A leva a B, que leva a C, que leva a D, onde A é o início do truque e D, seu clímax impossível. Todos estes estágios são pontuados claramente e não deve haver nenhuma confusão no meio. De fato, uma das grandes regras da *mágica* [...] é que os truques devem ter uma trama bem simples. [...] Embora seja tentador acrescentar coincidências ou resultados extras no meio da execução, muito se perde se a coisa toda não aparenta ser simples e direta.⁹⁷⁴

E, assim, Hobbes inicia *Leviathan* falando de diversos assuntos, podendo parecer para o leitor mais *afobado*, por ser um livro sobre *política*, que Hobbes está apenas *gastando o latim*; para outros, um pouco mais atentos, talvez esteja explicando a *natureza humana*; na realidade, Hobbes está apenas executando – e ensinando – o *truque*: *A leva a B, que leva a C, que leva a D, etc.* Chega-se no capítulo XIII, e Hobbes declara – *a condição natural da humanidade é um estado universal de guerra: disto, medo e esperança*. Para quem estava realmente atento, porém, o que deverá assombrar é, acreditamos, uma dúvida – *Hobbes, você não nos disse que não havia nada universal, exceto nomes?* – “Eu menti”⁹⁷⁵ – poderia responder Hobbes.

Pode parecer que estamos exagerando, afinal, no desenvolvimento deste trabalho, demos vários exemplos que demonstram que este *estado generalizado de guerra* não era exatamente o que Hobbes queria dizer: que era mais uma situação de guerra endêmica; que é bem provável que seja uma analogia da ordem internacional, entre outras coisas. De fato, afirmamos isto e não estamos agora negando nossas conclusões anteriores – como pensamos que o conceito de *estado de natureza* deve ser encarado sem mitificações –, mas Hobbes, ao mesmo tempo em que *explica* o truque, também o *executa* – o *bellum omnium contra omnes* é uma *amplificatio* do *estado de natureza*:

974 Tradução livre de BROWN, 2007, p. 40.

975 ANDRADE, 1982, p. 126. *Mentiu*, obviamente, a respeito do *estado de natureza* ser um estado de beligerância universal e não a respeito de universais não existirem.

Um recurso retórico utilizado para incrementar uma simples asserção. [...] Como uma técnica retórica formal, a amplificação reduz a contingência, introduzindo uma aparente sinonímia que, dividindo e particularizando uma asserção, cria uma expansão terminológica, a qual, por seu turno, permite que a audiência crie um sentido expandido da realidade. Se a nova realidade for convincente, a amplificação evapora, tornando-se, agora, a descrição literal quando contrastada com a nova realidade.⁹⁷⁶

Desta forma, se se entende o que Hobbes está propondo desde o início de sua obra, entende-se o *truque*. Por isto, o ponto inicial deste trabalho – em razão da *mágica do Leviathan* ser amplamente praticada e o truque permanecer despercebido, inclusive com outros truques muito mais *mágicos* sendo acrescentados – foi chamar a atenção para este aspecto básico da filosofia de Hobbes, no qual ele afirma que *não há universais*. “Mas praquê você mentiu, herói”⁹⁷⁷? – perguntamos a Hobbes como se perguntássemos ao Macunaíma – *Para demonstrar, quando o trunfo que sai não é favorável, como se faz para transformá-lo no naipe que mais se tem em mãos* – acreditamos que responderia. *A receita é simples: crie um logos; faça todo mundo acreditar nele e depender dele; faça todo mundo acreditar que es o único que pode compreendê-lo; faça todo mundo temer-te e reverenciar-te: ergo, Leviathan*. E isto, obviamente não serve apenas para *Leviathan*, mas para qualquer outra coisa: *dinheiro, moda, verdade jornalística, nação, entidades sobrenaturais diversas* e o que mais a imaginação do *mágico* e a fantasia da *plateia* permitir.

5.1.2 Bem vindo ao deserto do real

Após percebermos isto, poderíamos perguntar-nos se, já que era tudo um *truque*, todo o restante que Hobbes falou sobre *soberania, conflitos, direito, etc.* não seria apenas parte da *magia*, podendo ser descartado. Acreditamos que não. Mais uma vez, não estamos nos contradizendo e refutando, agora, a utilidade de sua teoria; apenas pensamos ser necessário apresentar, ao fim, como que uma leitura parcial de sua filosofia pode levar a conclusões de sua obra, se não equivocadas, ao menos, não tão úteis, principalmente, quando o que nos parece que Hobbes pretendia era explicar como, por uma *angústia* causada por uma *aporia*, as pessoas acabam por *alienar-se*⁹⁷⁸.

976 Tradução livre de LANHAM, *op. cit.*, p. 8-9.

977 ANDRADE, *op. cit.*, p. 127, como no original.

978 “As duas primeiras [viz., causas da religião: curiosidade sobre as causas e a percepção de que toda causa possui um princípio] trazem Angústia. Pois, estando certo de que há causas para todas as coisas que aconteceram até então e continuarão a acontecer, é impossível que um homem, que procura conti-

O *Leviathan* é mais um *sintoma* do que a causa do problema; na realidade, o problema inicial é *haver problemas, aporias, impasses, questões*, não importando o nome: *guerra* é, por um lado, apenas uma *metáfora*, mas, por outro, a expressão mais grave da existência de uma *divergência*. Deste modo, revelar o *truque* do *Leviathan* não elimina o problema: na realidade, só revela que havia uma *aporia* e criou-se um *tabu* para escondê-la, ou seja, criou-se outro problema.

Assim, se a filosofia de Hobbes, por um lado, atenta para estes “Fantasmas, que nada significam [...] além de habitantes Imaginários do cérebro do homem”⁹⁷⁹, por outro, não ignora que, *se alguém pular de uma janela, e a altura e o modo de cair forem suficientes para tal, a pessoa morrerá*: é o que chama, metaforicamente – segundo a nossa interpretação –, leis do “Reino Natural de Deus”⁹⁸⁰. Porém, indo mais além, embora Hobbes não descarte completamente, ele refuta qualquer possibilidade de se estabelecer uma *certeza científica*: “[s]e um signo ocorre vinte vezes para cada erro, um homem pode apostar vinte contra um que o evento irá ocorrer, mas não pode concluir isto como uma verdade”⁹⁸¹; “proposições *primárias* não são nada mais do que definições [...], sendo verdades construídas arbitrariamente pelos inventores da fala e, por isto, não demonstráveis”⁹⁸²; “[o] que os outros dizem [...] – que os nomes foram impostos às coisas singulares de acordo com a natureza destas – é infantil”⁹⁸³:

‘Homem é um animal’ é verdadeiro, porque a palavra ‘animal’ abrange e inclui o que quer que a palavra ‘homem’ signifique realmente. [...] A verdade demonstrável, portanto, encontra-se em inferências lógicas, e, em cada demonstração, o termo que forma o sujeito da conclusão demonstrada é tomado como o nome não de uma coisa que existe, mas que *supostamente existe*. Sendo assim, *uma conclusão tem uma força que não é categórica, mas apenas hipotética*. [...] Para provar que algo existe, é necessário utilizar os sentidos ou a experiência; e, ainda assim, não se estabelece uma demonstração.⁹⁸⁴

Sendo assim, não há nenhum método cem por cento seguro para distinguir um *fantasma* de um verdadeiro *abismo*: não há *razão*; não há *logos* para isto. Diante da *aporia*, é preciso ter *coragem* – que Hobbes afirma ser o afeto contrário ao *medo*⁹⁸⁵ –

---

nuamente assegurar-se contra os males que teme e da provisão dos bens que deseja, não se encontre em perpétua ansiedade em relação ao que está por vir” (tradução livre de HOBBS, 1991a, p. 76).

979 *Ibid.*, p. 273.

980 *Ibid.*, p. 253.

981 Tradução livre de HOBBS, 1999, p. 33, grifos nossos.

982 Tradução livre de HOBBS, 2005, p. 37.

983 Tradução livre de HOBBS, 1991b, p. 39.

984 Tradução livre de HOBBS, 1976, p. 305, grifos nossos.

985 Hobbes define: “[a]versão, com a opinião do *Dano* causado pelo objeto, MEDO. [...] O mesmo, com a esperança de evitar o *Dano* pela resistência, CORAGEM” (tradução livre de HOBBS, 1991a, p. 41. Em sua conclusão, afirma expressamente a contrariedade destes afetos (*ibid.*, p. 483).

e chamar a responsabilidade para si ou, ao contrário, sucumbindo ao temor, alienar-se. A razão apenas auxilia e, ao chegarmos a esta conclusão, a partir da leitura de Hobbes, podemos perceber como são equivocadas as interpretações que o tratam como um mero *racionalista* ou como um *cientificista* obcecado por modelos físicos.

Obviamente, não estamos falando que Hobbes seja um *irracionalista*, ao contrário, ele é bastante racional; é tão racional que raciocina até chegar aos limites da razão, muito antes de Gödel estabelecer seu teorema, e sem precisar dele; e é o lado racional de Hobbes que o faz, com toda a sua simplicidade, apresentar seu *algoritmo* para lidar com uma *aporia* ao surgir uma: “quando houver controvérsia, as partes precisam, em comum acordo, estabelecer, como reta Razão, a Razão de um Árbitro ou Juiz, cuja sentença eles adotarão, ou a controvérsia será resolvida em peleia ou permanecerá não resolvida”⁹⁸⁶. O que organizamos da seguinte forma:

- ◆ *Resolver*;
- ◆ *Não resolver*:
  - *Resolver por subordinação*;
  - *Resolver por coordenação*:
    - *Resolver por coordenação entre as partes*;
    - *Resolver por coordenação delegando a decisão a um árbitro*;
      - *Delegar o árbitro ad hoc*;
      - *Delegar o árbitro permanentemente*.

É claro, existe também a outra possibilidade, além de abandonar a questão, lutar ou escolher um árbitro: *criar um totem* – mas esta hipótese, Hobbes não explica, mas *desenha* – literalmente, no frontispício de *Leviathan*. Poder-se-ia dizer que esta opção está incluída na opção *escolher um árbitro*, mas acreditamos que as duas podem ser distintas, pois a diferença está justamente na *alienação*: no caso totêmico, este árbitro surge como um *ídolo*, tal como se tomássemos um *fantasma* como algo real; no caso em que um árbitro não se torna um *ídolo*, a escolha dá-se apenas porque se compreende as alternativas é opta-se pela que melhor servirá para a resolução do problema – entendamos isto como uma *organização de afetos*, no sentido espinosano do termo.

Assim, esta escolha *é e não é* vinculante, pois – como já acreditamos ter deixado claro a partir da *Philosophia Prima* de Hobbes – *vinculação* é só um nome, escolhido arbitrariamente para significar justamente isto: o *pactuado*.; por outro

---

986 *Ibid.*, p. 32.

lado, como “se assume que as pessoas não se vincularam a nada ou que não cederam seus direitos a todas as coisas [*sc.*, suas *soberanias*] até que os arranjos para as suas seguranças sejam feitos”⁹⁸⁷, o *direito de resistência* acaba sendo *absoluto*, pois, em última instância, cabe a cada um julgar se *os arranjos para a sua segurança foram feitos ou não*. Este é, ao nosso ver, o ponto mais *sutil* da filosofia de Hobbes, e, justamente por isto, o ponto a partir do qual se criam as *alienações*; e é importantíssimo percebermos que este esquema hobbesiano não é algo *transcendental*, mas algo como um *mapa* – o que, obviamente, *não é o território*.

5.1.3

O crepúsculo dos demônios

Acreditamos que, após tudo que falamos até aqui, podemos ver que a nossa crítica ao *Logos* não é uma crítica à concepção de sistemas, modos de pensar e, muito menos, à ideia de ciência em si; o que criticamos é um certo discurso que procura *dogmatizar* certos saberes e transformá-los em *transcendentais*, tentando estabelecer o que é *político* a partir disto; e é a partir destas considerações que consideramos importante o conceito de soberania de Hobbes, principalmente no que diz respeito a uma *democracia*: para não esquecermos, neste regime, a quem cabe – ou a quem deve caber, se já não cabe – a decisão sobre qualquer questão que se considere *política*: ao *demos*.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que defendemos a importância deste aspecto que achamos relevante dentro do conceito de soberania – a *decisão política* –, também criticamos todas as outras concepções – seja utilizando o termo *soberania* ou outro análogo – que tentam acrescentar algo *a mais* a este conceito; acréscimo que, em geral, é uma *restrição*; o que se pode entender como o principal aspecto prático do *Logos*, pois é seu objetivo, sem esquecermos, claro, de todo o discurso que o acompanha: de *verdade*, de *transcendentalidade* e tudo mais que vimos no desenvolvimento do trabalho.

Somos críticos, igualmente, aos discursos que procuram *suprimir* a soberania, mas acabam apenas transferindo-a a outro *termo* todas as suas características: o que chamamos de *recalcar* a soberania. Discursos, quais, como nos outros, na realidade, pratica-se o mesmo movimento de *restrição* ou *supressão* e, em

---

987 Tradução livre de HOBBS, 1998, p. 78.

seguida, de *substituição* ou *deslocamento*: em Locke, por exemplo, *restringe-se* a soberania a um poder político delegado, mas *desloca-a* para os proprietários; em Kelsen, em um esquema mais abstrato, *suprime-se* a soberania, mas esta é substituída pela *Grundnorm* e, na prática – como uma *norma* não executa nada sozinha –, a soberania – ou o que resta dela – acaba sendo exercida pelo judiciário, como poder moderador *de facto*. E, em todos estes movimentos de *recalque* da soberania, encontramos o *Logos*: no *essencial*, no *natural*, na *pureza*, no *universal*, no *transcendental*. Foi por isto que contrastamos a *soberania* ao *Logos*; e, por isto, este trabalho foi, ao mesmo tempo, uma defesa do primeiro conceito, mas, também, uma crítica ao segundo.

Assim, para encerrarmos tanto a nossa crítica ao *Logos* quanto a nossa *recordação*, trataremos de um último assunto que pode parecer novo, mas, na realidade, apenas acrescenta ao que já foi falado, e diz respeito a como Hobbes tratava uma doutrina do *Logos*: *demonologia* – “a doutrina fabulosa concernente a Demônios, que não são nada, senão Ídolos ou Fantasmas cerebrais, sem nenhuma natureza que seja própria, distinta da fantasia humana”⁹⁸⁸. Hobbes inicia a última parte de *Leviathan – Do Reino das Trevas*⁹⁸⁹ – afirmando que:

Além destes Poderes Soberanos, *Divino e Humano*, sobre os quais discursi até aqui, as Escrituras também mencionam um outro poder, a saber, o dos *Governantes das Trevas deste mundo, o reino de Satã e o Principado de Belzebu sobre os Demônios*, isto é, sobre os Fantasmas que aparecem no Ar: razão pela qual Satã também é chamado *o Príncipe do Poder Aéreo*, e – porque governa nas trevas deste mundo – *o Príncipe deste mundo* [...]. Pois percebendo que Belzebu é o príncipe dos Fantasmas, Habitantes de seu Domínio de Ar e Trevas, os Filhos das Trevas e estes Demônios, Fantasmas, ou Espíritos de Ilusão, significam alegoricamente a mesma coisa.⁹⁹⁰

É claro que não devemos interpretar *demônios* literalmente, pensando que Hobbes acreditava neles, quando, ao contrário, o que critica é justamente tanto a crença quanto a doutrina que propõem a existência dos mesmos; o que Hobbes quer dizer é que, além das *leis naturais*, que implicam em relações de causa e efeito – como a *lei da gravidade* –, e das leis humanas, que podem surgir a partir de uma *organização de afetos* e da reflexão sobre isto, há este *reino* que procura obter poder instituindo *totens*, mas que não significa nada além de “uma confederação de enganadores [...] com o fim de obter domínio sobre os homens”⁹⁹¹.

988 *Ibid.*, p. 418.

989 *Ibid.*, p. 417.

990 *Ibid.*, *loc. cit.*

991 *Ibid.*, *loc. cit.*

Como esclarece Martel:

Em síntese, demonologia é o erro em confundir as coisas pelo que elas não são. Demonologistas demonstram uma confusão sobre a realidade que, para Hobbes, encontra-se no cerne das práticas políticas perigosas de seus dias. Esta confusão é uma política mais ou menos deliberada dos líderes políticos corruptos para levar os cidadãos à subserviência.⁹⁹²

Ou seja, *demonologia é confundir o mapa com o território* ou *propor que o mapa seja o território*; ou, como Freud afirma que “[a] neurose é caracterizada pelo fato dos neuróticos elevarem a realidade psíquica acima da realidade factual e reagirem tão seriamente aos pensamentos quanto as pessoas normais reagem a realidade”⁹⁹³, podemos dizer que *demonologia é uma política deliberada de neurotização*. Feita esta analogia, é curioso observar que Freud afirma, citando Wundt, que “[t]abu, originalmente, não é nada além do medo objetificado de poderes demoníacos, cujo objeto de tabu pensa-se que os abriga”⁹⁹⁴; no entanto, “gradualmente, o tabu torna-se uma força autônoma, que se liberta do demoníaco. Torna-se uma compulsão de costume e tradição e, finalmente, uma lei”⁹⁹⁵.

Talvez seja aí que se encontra a *chave* do *Leviathan*, não só do texto, mas, também, do nome e do frontispício, ou seja, todo o “*main Designe*”⁹⁹⁶, do qual fala Hobbes⁹⁹⁷. E, assim, tal como disse Rousseau sobre Maquiavel – que, “[f]ingindo dar lições aos reis, doou-as dos grandes ao povo”⁹⁹⁸ –, acreditamos ser perfeitamente adequado afirmar que Hobbes, ao denunciar estas doutrinas que podemos chamar de *demonologias políticas*, doa este conhecimento a todos, democratizando-o, ensinando como evitar tais doutrinas. Mais uma vez, nas palavras de Martel:

Para Hobbes, a compreensão da natureza retórica do signo é crucial. Quando falhamos em perceber isto e, ao invés, imaginamos que o signo tem um valor ou conteúdo próprio (*i.e.*, como símbolo), facilmente caímos sob o domínio daqueles que reivindicam o que estes valores ou conteúdos são. Quando, por outro lado, aprendemos a ler de uma forma que é explicitamente alerta sobre a natureza retórica ou representativa da linguagem (*i.e.*, como alegoria), tornamo-nos aptos em participar da utilização dos signos do mundo ao invés de apenas sofrer seus usos. Desta maneira, a teoria da representação de Hobbes provê um método de interpretação inerentemente democrático.⁹⁹⁹

992 Tradução livre de MARTEL, *op. cit.*, p. 109.

993 Tradução livre de FREUD, *op. cit.*, p. 156, como visto anteriormente.

994 *Ibid.*, p. 29.

995 *Ibid.*, p. 29.

996 Tradução livre de HOBBS, 1991a, p. 415.

997 *Cf.*, p. 38 deste trabalho.

998 Tradução livre de ROUSSEAU, 1966, p. 112.

999 Tradução livre de MARTEL, *op. cit.*, p. 80.

Deste modo, entendendo esta crítica aos *demônios*, podemos perceber a grande *epítrope* que se torna o *Leviathan – da capo al fine* –, e, assim, quando, em seu último capítulo, Hobbes afirma que o clero “não é o único que finge que o Reino de Deus é deste mundo para, assim, ter Poder sobre ele, distinto daquele do Estado Civil”¹⁰⁰⁰ e, em seguida, termina seu *magnum opus*, afirmando que: “isto era tudo que pretendi dizer sobre o que concerne a Doutrina da POLÍTICA”¹⁰⁰¹. Podemos entender esta declaração relativa tanto ao livro como um todo quanto apenas à última frase, e, assim, tudo o que o filósofo quis alertar-nos com relação à política foi para que nos cuidássemos com aqueles que pretendem trazer o *Logos* para este mundo, ditando seu significado, isto é: *após decidido o trunfo, querer utilizar como tal o naipe que mais se tiver em mãos*.

1000 *Ibid.*, p. 482.

1001 *Ibid.*, p. 482.